

Boletim

Desrespeito à lei

Análise do Observatório Cidadão indica que prefeitura atende 52% da lei da transparência

ADRIANA FERREZIM

Da Gazeta de Piracicaba

adriana.ferezim@gazetadepiracicaba.com.br

O Observatório Cidadão de Piracicaba (OCP) divulgou no boletim sobre o Portal da Transparência da Prefeitura de Piracicaba, que o Executivo Municipal descumpra a lei federal de acesso à informação, apesar da evolução identificada nas duas avaliações do ano: a de maio e a divulgada ontem. Nesta última, dos 23 indicadores avaliados, 12 (52%) foram atendidos plenamente, sete (31%) parcialmente e quatro (17%) não foram atendidos.

No primeiro boletim deste ano, os indicadores totalmente atendidos chegavam a 44%. “Houve uma evolução mínima



Acesse o portal do OCP: www.observatoriopiracicaba.org.br

para 52% de pleno cumprimento da legislação, se considerarmos que a lei federal está em vigor há 5,5 anos, prazo suficiente

para a prefeitura fazer as adaptações necessárias para cumprir a lei e disponibilizar as informações previstas na legislação de

acesso à informação e nas leis complementares a ela”, afirmou Renato Morgado, coordenador de políticas públicas do Imafloira, entidade que compõe a coalizão formadora do OCP.

Outro problema identificado é sobre o atendimento no prazo legal das solicitações encaminhadas à prefeitura, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Foram feitos pelo OCP cinco pedidos de informações realizados em 2017 e que não foram atendidos: dois sobre a política de transparência da prefeitura e três sobre a mobilidade urbana, incluindo uma solicitação de cópia do contrato assinado entre o executivo e a empresa que administra o transporte público no município.

“Parte desses pedidos foi res-

pondido fora do prazo legal (20 dias), e somente após recursos ao secretário de Governo e ao prefeito. Esse fato, somado aos pedidos sem resposta ou incompletos, dificulta e até mesmo impede o direito à informação. A prefeitura precisa colocar a transparência como diretriz. O custo é baixo, há tecnologia gratuita que pode ser usada e, no futuro, haverá economia porque o cidadão informado fiscaliza os investimentos”, afirmou Morgado.

A prefeitura informou em nota que criou uma comissão interna, formada por várias secretarias ligadas ao Portal da Transparência. “Essa comissão já trabalha para buscar soluções e otimizar o funcionamento do Portal, com melhorias para o próximo mês”, diz o comunicado.